



Acta nº. 03/2011

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
29.04.2011**

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 16h20 quando a Senhora Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

A Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes substituições e faltas: -----

O Membro António Joaquim Almeida Correia (PSD), ausente por período inferior a 30 dias, conforme comunicação apresentada, foi substituído pelo Membro suplente Maria Manuela Peixoto de Almeida (PSD).-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR; -----

A Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da acta da Sessão realizada em 28 de Fevereiro de 2011, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida acta colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

**B.2. LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU
ESCLARECIMENTOS;** -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou o seguinte pedido de esclarecimento: -----



“Na anterior sessão deste órgão, realizada em 28 de Fevereiro, foi aprovada por unanimidade o envio de uma missiva à Sra. Ministra da Educação, a propósito da problemática que afecta o ensino particular e cooperativo ao abrigo de contratos de associação, em especial as consequências da vontade do Governo, no nosso Externato D. Afonso Henriques em Resende. O PSD de Resende, através de diversas vias, foi interlocutor preocupado desde a primeira hora com a situação, tendo inclusive, apresentado uma moção anterior à subscrita por todos na última sessão, que retirou de votação a propósito da argumentação utilizada pelo Sr. Presidente da Câmara, que na altura considerava inoportuna e mesmo prejudicial, perante as diligências que dizia estar a encetar junto da tutela. Não obstante estarmos perante um Governo de Gestão, a oportunidade do assunto mantém-se, pelo que esta bancada interpela a mesa, no sentido de saber das consequências práticas dessa aprovação, ou seja, se a tomada de posição aqui unanimemente votada, seguiu ou não para conhecimento da Sra. Ministra da Educação.”-----

Presidente da Mesa da Assembleia – Informou que foi solicitada a informação mas que ainda não houve resposta.-----

B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPECTIVA VOTAÇÃO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Por minha sugestão informal e do meu colega de bancada Dr. Jaime Bernardino Alves, no âmbito das nossas competências como membros da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, antes da última sessão deste órgão, realizada no passado dia 19 de Abril, o presidente Dr. José Augusto Granja, propôs que a próxima reunião, em Junho, se efectuasse em Resende, tendo esta iniciativa merecido a concordância generalizada. Convictos do consenso que merece esta iniciativa e para a sua operacionalização, propomos que seja constituído um grupo para esse efeito, constituído por três elementos - sugerindo desde já que fosse integrado por um dos membros de cada força partidária representada, e pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal - para, em conjunto e com a cooperação da Câmara Municipal, organizar esta sessão e jornada, que poderá incluir outras actividades complementares.”-----

Presidente da Mesa da Assembleia – Confirmou que de facto na última sessão foi abordado este assunto e que a ideia é passar a realizar as reuniões de forma itinerante, de preferência aos sábados durante o dia, por forma a dar mais visibilidade ao órgão e ao mesmo tempo dar a conhecer a sua importância no território. Referiu ainda que já forneceu o seu contacto às pessoas que estão incumbidas de organizar as reuniões da Comunidade Intermunicipal, estando convencida de que não serão necessárias formalidades especiais por parte do Município de Resende para acolher a iniciativa.

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Apresentou a seguinte proposta:-----

“A actual conjuntura de crise económica e financeira obriga-nos a adoptar medidas que visem a contenção orçamental e redução de custos. Esta necessidade de optimização é tão mais sensível,



quando falamos dos municípios, que, como sabemos, se debatem de uma forma generalizada, com um panorama financeiro delicado. A redução da despesa por parte das autarquias terá que ser um factor prioritário. Para além do objectivo óbvio conseguido com medidas de racionalização orçamental, também a sensibilização dos cidadãos através do exemplo é atingido, cumprindo assim uma das suas atribuições fundamentais. O grupo Municipal do PSD, durante este mandato e neste órgão deliberativo, deu já vários contributos para este desiderato, relembro a propósito a proposta aqui apresentada na sessão de Junho de 2011 de Plano Municipal de Contenção e Combate à Crise. Todos sabemos que a energia consumida através da iluminação pública representa um peso considerável nas despesas anuais do Município, fazendo todo o sentido que se concentre aqui um esforço para tornar mais eficientes estas instalações. É sabido também de uma forma generalizada, que existem actualmente métodos de redução dos custos de energia e manutenção, mantendo no entanto todos os níveis de conforto para os utentes. A proposta da bancada do Partido Social Democrata, colocada aqui a votação, passa por uma sugestão ao executivo municipal, que se traduz, numa avaliação da aplicabilidade de soluções tecnológicas energeticamente mais eficientes. Propõe-se assim o estudo e implementação de um Sistema de “Eficiência Energética para a Iluminação Pública”, que poderá passar pela instalação de reguladores de fluxo luminoso, bem como os sistemas de recolha de dados e de telegestão que permitem uma monitorização contínua dos respectivos consumos. Desta solução poderá resultar uma redução de consumo de energia eléctrica gasta na iluminação pública na ordem dos 30%, num período de retorno de investimento perspectivado para cerca de 4 a 5 anos, considerando eventuais comparticipações financeiras de origem comunitária. O âmbito territorial desta proposta poderá contemplar os três pólos urbanos de maior concentração populacional: Resende, São Martinho de Mouros e Caldas de Arêgos. Para além da redução de energia e respectivos custos, contribui-se também com esta operação, para uma redução substancial da emissão de dióxido de carbono e o gás de efeito de estufa, numa perspectiva de sustentabilidade ambiental que deve estar sempre subjacente e em sintonia com todas as iniciativas municipais. Esta acção poderá inclusive constituir-se como um projecto-piloto potenciador de um plano mais abrangente com o mesmo objectivo de eficiência energética e que poderá passar pela substituição de fontes energéticas tradicionais para a produção de energia, por alternativas, como, por exemplo, o bio-diesel. Uma vez mais, esta bancada, e no âmbito das competências que lhe foram confiadas e obrigação ética, dá assim, com esta proposta, o seu contributo descomprometido para os objectivos a que todos, indiscriminadamente nos propomos, que é o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida das nossas populações.”-----

Presidente da Câmara Municipal – Referiu que esta questão da eficiência energética e da redução dos consumos de energia no Município tem sido também uma das preocupações do executivo, razão pela qual no âmbito da CIM do Tâmega estão a ser preparadas candidaturas ao QREN para a eficiência energética (Resende tem um rácio de cerca de 200.000,00€), estando já, portanto, este assunto a ser tratado. Deu ainda nota de que na sede do concelho o Município, desde há dois meses para cá, já foram adoptadas medidas de poupança energética – embora



provavelmente ainda ninguém se tenha apercebido – que consistem em desligar a partir da 01h00 uma em cada três lâmpadas de iluminação pública e que nas restantes zonas urbanas do concelho estão a ser estudadas, conjuntamente com a EDP, medidas de redução do consumo energético.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Não obstante a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, recordou que se encontra em aberto até finais de Junho uma “gaveta” de comparticipação financeira ao abrigo do programa ON2 que se chama precisamente “Eficiência Energética em Iluminação Pública”, isto é, independentemente das diligências referidas, de âmbito mais lato, trata-se aqui de uma medida específica em que o beneficiário é directamente o Município e de que o executivo poderia lançar mão.-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Disse que relativamente à proposta apresentada, tendo em consideração os esclarecimentos e informações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, a bancada do PS não querendo sugerir aquilo que já está a ser tratado, não vê qualquer interesse na votação e aprovação da mesma.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da Bancada do PS), reprovado a proposta.**-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO; -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso (PPD/PSD) – Disse que tinha um assunto de muito interesse para o Município que gostaria de ver discutido com honestidade moral, coisa que não tem acontecido nesta assembleia ao longo dos últimos anos, fruto do carácter como é conduzida, com uma certa agressividade e estratégia por parte do Presidente da Câmara, que inibe as pessoas de participarem e discutirem os assuntos, pelo que é de opinião que a mesma funcionaria melhor se o mesmo não estivesse presente e que o assunto que vai apresentar seria apreciado e discutido com mais liberdade, sem retracções e sem medo. Quanto ao assunto propriamente dito, disse tratar-se da questão do desporto em Resende, que considera não estar a ser gerida da melhor forma, pois o desporto que existe é o do “show of”, como os estágios das selecções de Voleibol e os jogos de andebol do Futebol Clube do Porto e não o desporto dos “miúdos da nossa terra”, ou seja, o futebol das camadas jovens do Resende e a própria prática do voleibol. Surgiram entretanto outros desportos que considera estarem completamente descontextualizados da nossa realidade, como é o caso da motonáutica e do jetski, que não fazem sentido nenhum para os nossos jovens e cujos gastos deveriam ser contabilizados no turismo e não no desporto. A própria política de protocolos actualmente existente é completamente ilógica e não trás qualquer vantagem para a Câmara nem para os jovens do concelho, pois se assim fosse outros municípios tentariam chamar a si estas



situações. Trata-se de uma política que não salvaguarda o interesse dos nossos jovens, que deveria ser protegido através da celebração de protocolos adequados, nos quais ficasse prevista por exemplo a vinda de monitores para treinar e formar os “nossos miúdos”. A própria constituição de uma equipa de voleibol em Anreade com atletas da selecção que está a estagiar em Resende não trás nada ao concelho, pois os jovens que a integram não são de cá e por isso a própria população não se identifica com eles – razão pela qual os jogos praticamente não têm assistência. Referiu também que já se fala que em relação ao novo estádio de Fornelos será protocolada com o Futebol Clube do Porto a vinda de jovens jogadores para rodarem, situação que a ser verdade também não faz sentido, pois o que interessa é que sejam os nossos jovens a jogar naquele estádio, que, refira-se, é uma infraestrutura importantíssima para Resende. Referiu-se também à natação, enaltecendo a infraestrutura existente (piscinas aquecidas), mas dizendo que também neste caso a gestão não é a melhor, pois infelizmente a pessoa que foi escolhida para o clube existente não tem perfil nem estrutura para desempenhar as funções e a prova deste facto é que inicialmente existiam cerca de 40 praticantes e presentemente apenas 3 ou 4. Não basta por isso fazer obras, é preciso depois acompanhar-las e a responsabilidade é de todos nós. Concluiu apelando ao bom senso na aplicação dos meios financeiros e à boa gestão e funcionamento das infraestruturas desportivas, privilegiando a sua utilização por parte das crianças do concelho, acompanhando-as e reconhecendo o seu esforço e mérito desportivo.-----

Presidente da Mesa da Assembleia – Esclareceu que relativamente à forma de funcionamento da assembleia, a presença do Senhor Presidente da Câmara resulta da lei e tem por objectivo esclarecer e informar o plenário sobre a actividade da câmara, bem como apresentar e explicitar as propostas apresentadas.-----

Presidente da Câmara – Disse que embora respeite o que foi dito, discorda em absoluto do teor da intervenção e da forma como o problema foi colocado e que tal opinião demonstra desconhecimento do que se passa na área do desporto no concelho. Deu como exemplos o encontro de Gira-Volei que decorreu no concelho e que contou com a participação de cerca de 80 jovens resendenses e as Escolinhas do Desporto que agregam cerca de uma centena de jovens do concelho na modalidade andebol. Entende que o concelho tem de ter uma “locomotiva” que lhe dê notoriedade no exterior e que não devemos ficar apenas no “nosso cantinho”. Os protocolos que têm sido celebrados com as federações e clubes para além de darem visibilidade às modalidades a que respeitam e ao próprio concelho, têm contribuído para, nas nossas escolas, criarem estímulos importantes para a prática desportiva por parte dos nossos jovens. Em termos financeiros, frisou que a Câmara não financia federações ou clubes, mas tão só coloca ao seu dispor a logística, a qual representa custos reduzidos. Concluiu dizendo que considera que esta política é a forma correcta para divulgar e fomentar a prática desportiva no concelho.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Disse que também ainda não percebeu a estratégia municipal quanto ao desporto e que subscrevia inteiramente as palavras do Senhor Engº Rui Cardoso. Foram palavras sentidas e que deveriam ser um contributo muito sério à reflexão sobre



a questão da estratégia municipal para o desporto onde temos carências. Relembrou o desfasamento que existe de atenção entre estes patrocínios a um desporto semi-profissional e profissional de outros, em relação às associações locais que enfrentam dificuldades em motivar os jovens para o desporto porque não têm apoios de base. Questionou o executivo municipal se está em condições de dizer quanto é que gasta em despesas indirectas com transportes, alojamento e refeições, para se perceber se existe aqui um custo-benefício em relação à publicidade que é dada ao Município, já que a sua projecção exterior pode ser feita de outras formas. Concluiu dizendo que é sua convicção que a câmara não sabe quanto é que gasta e que apenas tem a ideia de que é um bom negócio.-----

Manuel Jorge Barbosa Cardoso (Presidente da Junta de Freguesia de Freigil – PS) – Com referência à intervenção do Senhor Eng^o Rui Cardoso disse que relativamente ao alegado “medo” que existe em falar nesta assembleia refutava a ideia já que “medo” existia há cerca de 12 anos atrás quando os requerimentos da Junta de Freigil eram metidos na gaveta porque o seu Presidente “falou de mais”. Quanto à questão do desporto, disse que o pavilhão existente na sua freguesia tem muito movimento, as “Escolinhas do Desporto” estão lá, as escolas também (duas vezes por semana), pelo que não entende como se pode dizer que este tipo de infra-estrutura não está ao serviço das crianças do concelho.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

C.1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Foi tomado conhecimento. -----

C.2. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2010;-----

Sobre o assunto em epígrafe foram presentes, remetidos pelo executivo camarário, os documentos de prestação de contas relativos ao ano 2010. -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Disse que efectuada a análise da documentação por parte do Grupo Municipal do PS e considerando o cenário macro-económico nacional, as dificuldades que todos sabemos existirem e os impactos óbvios daí decorrentes para as autarquias locais; considerando o facto de a Câmara Municipal de Resende continuar a implementar o seu plano de investimentos e de realizações estruturantes e modernizadoras, conferindo ao concelho coesão territorial e social, cumprindo também dessa forma o programa eleitoral sufragado pelos resendenses;



considerando a situação económica do Município, que ao contrário do que alguns propalam se encontra equilibrada (como se pode constatar nos Documentos de Prestação e Contas); a sua bancada dá os parabéns ao executivo camarário pela gestão financeira que tem feito dos interesses do Município e seguindo a recomendação do ROC da Câmara Municipal, decide aprovação os Documentos de Prestação de Contas.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Informou que a bancada do PSD se iria abster na votação do presente assunto, uma vez que o mesmo está sujeito a apreciação do Tribunal de Contas. Referiu ainda que a sua bancada deixava no entanto uma nota de preocupação no que respeita ao endividamento. A dívida do Município está já perto dos 10 milhões de euros, considerando o valor dos empréstimos de médio e longo prazo e o valor da dívida a fornecedores que perfaz mais de 2 milhões de euros e que contrariamente ao propalado publicamente por responsáveis pelo executivo, a dívida encontrada no primeiro mandato deste ciclo socialista, que advinha maioritariamente da construção de uma obra estruturante para o concelho que ainda é a Ponte da Ermida, importava em cerca de 2.500.000,00 €.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PSD), aprovar.**-----

C.3. ROTA DA CEGONHA – UNIPESSOAL. LDA - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMT, IMI E IMPOSTO DE SELO;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, um pedido de autorização de isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT) relativo à aquisição do prédio do Douro Parque Hotel, sito no lugar de Caldas de Aregos, freguesia de Miomães e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 428º, bem como isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto de Selo. Sobre o assunto foi prestada informação pelo Gabinete Jurídico, atestando o enquadramento legal da pretensão e informando que o Órgão Deliberativo do Município deverá pronunciar-se sobre a mesma, designadamente se reconhece que o investimento tem interesse para a região e consequentemente autoriza a isenção de IMT e de IMI. ----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Jaime Bernardino Alves (PPD/PSD) – Referiu que conforme aconteceu em situações similares neste mesmo órgão, a bancada do PSD, no pressuposto de que o espírito empreendedor deve ser acompanhado de iniciativas análogas à que está subjacente no presente pedido e considerando que o investimento tem interesse para a região, votará favoravelmente este pedido, fazendo votos para que o promotor/requerente obtenha o maior sucesso profissional nos seus propósitos, uma vez que que isso representará igualmente o seu contributo para o desenvolvimento local.-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Disse que subscrevia inteiramente as palavras do Senhor Dr. Jaime Alves e que acrescentava que é de registar mais uma iniciativa de investimento em Caldas de Aregos.-----



Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar.-----

C.4. APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO TURÍSTICO DE CALDAS DE AREGOS – APROVAÇÃO DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS – PROJECTO DE FUSÃO DA TUR AREGOS, EM, SA E COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, EM, SA;-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a respectiva documentação. -----

Sobre este assunto a Senhora Presidente da Mesa leu uma proposta remetida pela Presidência da Câmara, relativa à constituição do Júri do Procedimento, solicitando a sua votação em conjunto com a demais documentação relativa a este ponto.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Disse que gostaria de registar a concordância da bancada do PS com todo este procedimento, que representa mais um passo em frente na recuperação e reabilitação do recurso termal de Caldas de Aregos. Frisou também a existência, no procedimento, de algumas cláusulas de salvaguarda do interesse público e formulou votos de sucesso para todo este processo que representa crescimento económico e criação de emprego para o concelho de Resende.-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“A bancada do Partido Social-Democrata actual tem manifestado por diversas ocasiões a sua objecção à forma como o executivo camarário em primeira estância, sequenciada pelas Empresas Municipais entretanto criadas, tem tratado o dossier das Termas de Caldas de Arêgos. Desde logo reclamamos do município não ter uma estratégia clara de intervenção e de gestão dos respectivos recursos, tanto antes como após a operação de aquisição. E esta nossa posição de reserva inicial, tem vindo a ser consolidada pelos desastrosos resultados obtidos na gestão do equipamento termal ano após ano. Queremos lembrar que o Estudo de Viabilidade Económica que projectou um futuro de sucesso e esteve na base da decisão de aquisição – e que o Sr. Presidente da Câmara pouco tempo depois, veio a classificar como “desfazado” e “valendo zero” – anunciava já para este ano, um número de aqistas que rondava os 5000, quando a realidade revela segundo o último relatório de contas, a utilização por cerca de apenas 1000 aqistas com um prejuízo de dezenas de milhares de euros. Perante a frustração desta gestão, tem sido adiantado o argumento que os prejuízos são admissíveis – contrariando a lógica estatutária de uma Empresa Municipal – perante a pseudo-criação de emprego precário, esporádico e coincidente com os calendários eleitorais. Este insucesso, existente mas não admitido pelo executivo, precipitou a procura de uma alternativa de gestão, permitindo a entrada e participação activa de privados, quando, até aí, eram estes mesmos privados a razão da falência na exploração do equipamento termal. O modelo colocado à aprovação deste órgão traduz-se numa Parceria Público-Privada, num momento económica e financeiramente sensível para



o país, em que todas as PPP's têm sido apontadas como uma das razões para o descontrolo das contas públicas, merecendo especial atenção do FMI. O próprio partido que suporta este executivo, no seu programa eleitoral, deixou cair as PPP's, por admitir que, neste contexto, não são oportunas. Somos, hoje, confrontados com um único modelo de intervenção, estereotipado e com desastrosos resultados demonstrados em contextos similares, quando o Arranque do Programa Preliminar perspectivava um conjunto de possibilidades de intervenção, que nunca foi colocado a debate. Convergii o executivo para esta solução, em nítido contra-ciclo da economia nacional, materializando as nossas oportunas preocupações, manifestadas há cerca de 1 ano, por altura do anúncio do Arranque do Programa Preliminar. Este modelo contém precisamente os mesmos defeitos de outros já implementados noutros municípios, e que os levaram a uma situação de quase insolvência. Não obstante um reconhecido esforço consagrado no documento para estancar eventuais problemas e incumprimentos por parte do parceiro privado, o certo é que, a verificarem-se, somos arrastados para uma situação que poderá hipotecar definitivamente o projecto Caldas de Arêgos. Pretende o executivo convencer-nos desta operação com base num Estudo de Viabilidade Económica e Financeira assente em premissas totalmente alienadas da realidade, por não ter sequer em devida conta, com a actual conjuntura económica, não incorporando os respectivos pressupostos macroeconómicos. Tanto bastaria para fundamentar o voto contra desta bancada. Mas este voto, prende-se ainda aos seguintes factos: O mesmo Estudo reincide nos mesmos erros do que suportou a aquisição, perspectivando cenários ficcionados e fantasiosos. A título de exemplo perspectiva-se de que todo o conjunto edificado esteja concluído e em pleno funcionamento em finais de 2013, quando é do conhecimento de todos os obstáculos procedimentais que decorrem naturalmente de uma operação deste tipo. A opção de validar uma proposta com base apenas num simples Estudo Prévio, em detrimento de um completo Projecto de Execução, é potenciar a possibilidade de um deficit de qualidade da construção. O programa preconizado para o equipamento hoteleiro não absorve os tradicionais utilizadores do termalismo clássico, pelo que não é certamente factor diferenciador de outros conceitos termais, e muito menos, inovador e atractivo. As unidades de alojamento turístico previstas para alienação a terceiro, consubstancia uma pura operação imobiliária, com a inerente carga especulativa, sempre negativa, que o município não deve patrocinar. Também a propalada preocupação do emprego para os Resendenses, não se vislumbra minimamente defendida em todo o articulado que compõe o documento em análise. Esta operação oferece riscos que obrigariam sempre a uma ponderação exaustiva de modelos de investimento, intervenção e gestão alternativos. Ponderação essa que nos parece não ter existido e para a qual nunca este órgão foi convocado. Estas são algumas das razões que levam esta bancada a votar desfavoravelmente, plenamente consciente que a salvaguarda do superior interesse público, e em particular de Caldas de Arêgos, o impõe.”-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (votos contra da bancada do PSD), aprovar toda a documentação presente, bem a como a constituição do Júri, nos termos exarados na respectiva proposta.-----



C.5. XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA (E SEU SUBSTITUTO) PARA REPRESENTAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO.-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente um ofício da ANMP a solicitar a eleição de um Presidente de Junta e de um seu substituto. -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – Comunicou que o seu Grupo Municipal propunha para representante das Juntas de Freguesia no Congresso da ANMP Marco Matos, Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras e para seu substituto Sónia Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Anreade.-----

Jaime Bernardino Alves (PPD/PSD) – Comunicou que o seu Grupo Municipal propunha para representante das Juntas de Freguesia no Congresso da ANMP José Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Feirão e para seu substituto Fernando Manuel, Presidente da Junta de Freguesia de São João de Fontoura.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da bancada do PSD), aprovar a proposta do Grupo Municipal do PS.**-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 17h45, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos remetidos pela Câmara Municipal a esta sessão da Assembleia. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU